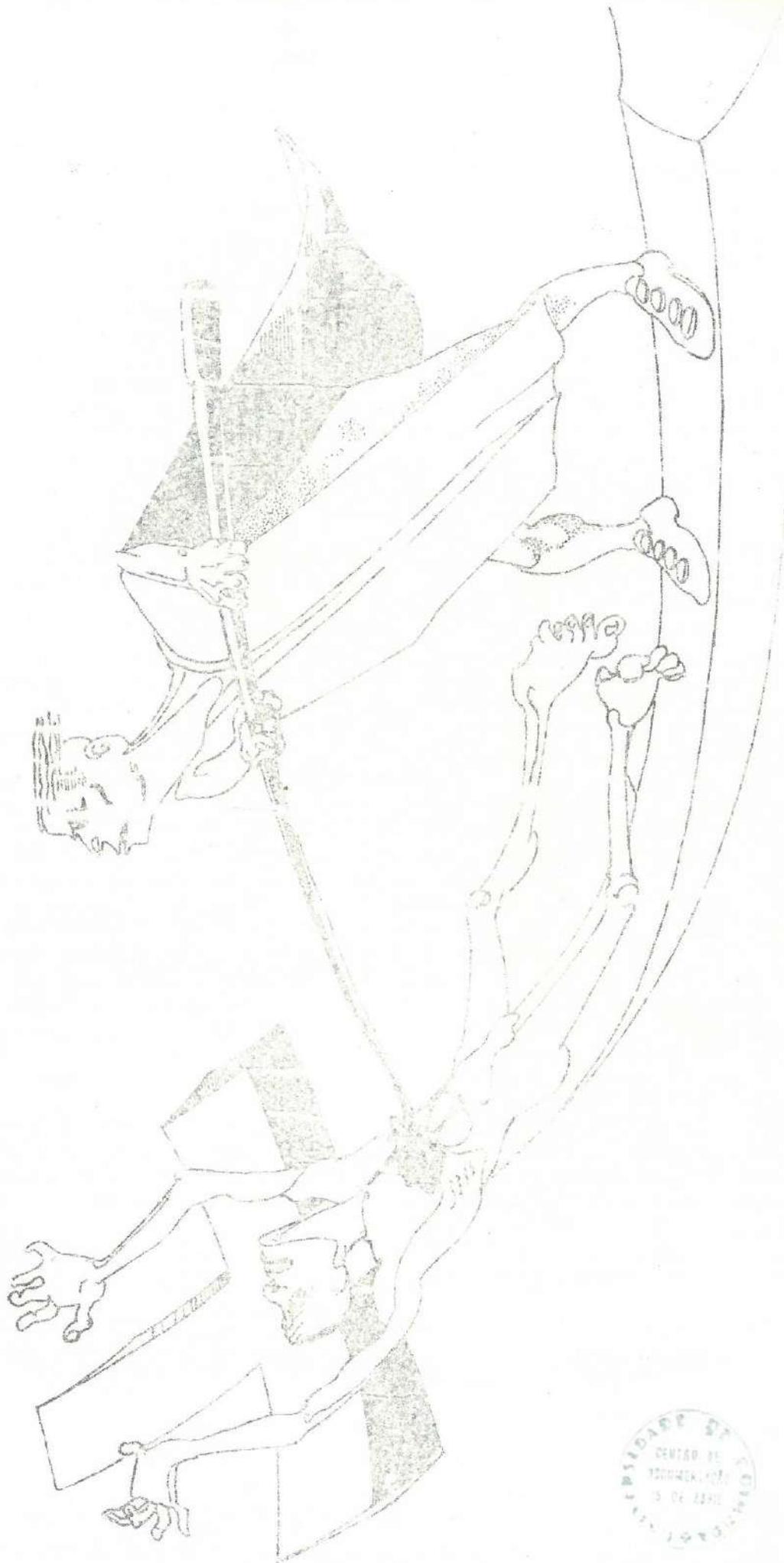


AC PAZ. É POSSÍVEL  
11/73



COMISSÃO DE  
CENTRO DE  
ESTUDOS  
15 DE ABRIL

Tendo sido divulgadas algumas interpretações falsas sobre a posição assumida pelo grupo de cristãos que no final da missa das 19,30h. de sábado, dia 30, na Capela do Rato iniciou uma reflexão sobre o problema da paz, vem-se tornar público o texto lido nessa ocasião:

Estamos aqui, em grupo, na vossa presença a fim de comunicar uma decisão e pôr um problema a toda a comunidade.

A proximidade do dia da paz, que celebraremos depois de amanhã, torna ainda mais agudo aquilo que para nós é uma questão de todos os dias - a questão da paz. Para este ano o Papa diz-nos que a paz é possível, mais ainda, ela é obrigatória: ao ouvirmos esta palavra não podemos deixar de pensar porque é que, entre nós, desde 1961 para cá, a paz não tem sido possível.

Estamos conscientes de que a guerra de África é o ponto crucial da situação que vivemos. É um problema que temos muito a peito, que nos toca muito de perto e que constitui um drama permanente para nós, como membros de uma sociedade e como cristãos de uma Igreja.

Se sofremos com a apatia da Igreja a esse respeito, pesa-nos sobretudo o problema que a guerra representa para os povos de Angola, Guiné, e Moçambique, bem como para o povo Português. Queremos acreditar que, também para esses povos a paz é possível. Propomo-nos contribuir para que essa paz seja uma realidade. É nossa intenção dar passos firmes no sentido de uma procura da paz.

Esse esforço só poderá ser fecundo se for colectivo, se nascer da discussão livre, se romper o silêncio que tem pesado sobre esta questão. Em ordem a isso, tomamos uma decisão da qual só nós somos responsáveis - vimos permanecer aqui durante dois dias (a partir de agora até à tarde do dia 1 de Janeiro) a fim de provocar um ambiente de liberdade onde todos os que quiserem - cristãos ou não cristãos - possam debater estes problemas.

E para manifestar até que ponto isto é importante para nós, bem como para expressar a nossa solidariedade para com as vítimas da guerra, não tomaremos durante estes dois dias qualquer alimento. Daremos assim um sinal visível da nossa determinação.

Esperamos sinceramente que esta comunidade acolha o nosso gesto e a nossa iniciativa, abrindo as suas portas em permanência a todos aqueles que queiram participar nesta procura comum.

Convidamos expressamente todas as pessoas a que estejam presentes em assembleia, partilhando connosco este tempo intenso de reflexão sobre os problemas postos pela guerra de África à nossa consciência, e mesmo associando-se ao gesto de não tomar alimento durante este tempo. Pedimos que avisem o maior número de pessoas para que façam outro tanto. Mas, finalmente, o importante é que todos possam contribuir para a construção da paz.

QUEBREMOS O SILENCIO E DEMOS PASSOS FIRMES NO SENTIDO DA PAZ

## IMPORNAÇÃO

No dia 30 de Dezembro de 1972, sábado, na missa das 19.30, celebrada na Capela da J.E.C., ao Rato, um grupo de cristãos tomou a palavra para declarar a disposição em que estava de dar cumprimento aos desejos do Papa Paulo VI; nessa linha sentiam que não era possível, por mais tempo, manterem-se calados e por isso se propunham quebrar, publicamente, o silêncio que tem sido feito à volta da guerra. De igual modo declararam a sua fé na possibilidade de pôr termo à guerra a a sua esperança numa paz possível. Para mostrarem o seu fundo compromisso nesta atitude propunham-se igualmente não tomarem qualquer alimento durante 48 horas, tempo que seria ocupado para a reflexão sobre aquelas temas, convidando para isso todos aqueles que a eles se quisessem juntar.

O padre que presidia à celebração afirmou que considerava, como aliás tinha afirmado na homilia anterior, que se deviam respeitar as posições das outras pessoas. Portanto, embora fosse apunhado totalmente desprezado, pensava que as pessoas poderiam fazer aquilo que se propunham. Basse no entanto que não se podia pronunciar em nome da comunidade da Capela, pois não a representava.

No sábado à noite: O Padre Alberto (responsável pela Capela), entretanto consultado, afirmou que embora desconhecesse completamente aquela iniciativa não se opunha à presença das pessoas, desde que fossem respeitados o local e as actividades do culto previstas. Ao mesmo tempo, um grupo de pessoas da Comunidade da Capela, com responsabilidades no seu funcionamento, contactou com o Bispo D. António Ribeiro com o qual trocou impressões sobre os acontecimentos. Entre outras coisas o Sr. D. António afirmou que achava que aquilo não era um processo cristão de lançamento de iniciativas e que por isso não se poderia a uma eventual atitude repressiva das autoridades policiais.

Essa noite foi utilizada para reflectir sobre a presença portuguesa em África. Participaram na reunião cerca de 500 pessoas, estando já cerca de 20 cumprindo a decisão de não tomar alimentos. Foi aprovada uma moção que denunciava a apoio dos Bispos portugueses à política fascista e colonialista do governo. A partir aproximadamente das 3.30 a reflexão colectiva foi interrompida para que as pessoas pudessem descansar.

No domingo de manhã: Realizaram-se as missas da manhã, às 11 horas e às 12.30 respeitando-se assim as actividades de culto previstas. Nestas celebrações, os padres que presidiram leram uma declaração em que informavam do que estava ali a passar-se; consideraram o problema tratado muito importante e as posições assumidas uma forte interpelação para todas as pessoas.

Nessa mesma manhã foram distribuídos em muitas igrejas de Lisboa e periferia comunicados que informavam do que se passava e apelavam para que as pessoas participassem e lançassem acções com os mesmos objectivos.

No domingo à tarde : Continuou-se a reflexão do dia anterior, tendo-se mantido o número de participantes sensivelmente constante. Foi aprovada na generalidade pelos presentes (cerca de 300) a seguinte moção :

Considerando :

- 1 - A guerra contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné injusta
- 2 - Que o fim da guerra é manter os povos africanos numa situação de escravatura
- 3 - Que esta guerra se integra, na lógica, no conceito de imperialismo
- 4-- Que o povo português é também vítima deste processo de exploração e opressão, pois é o mesmo governo que promove as guerras coloniais que explora, oprime e reprime o trabalho dos portugueses
- 5 - A luta dos povos das colónias é uma luta justa
  
- 19 - Repudiam vigorosamente a política do Governo português de prosseguir uma guerra criminosa com a qual tenta aniquilar os movimentos de libertação das colónias portuguesas nas quais, morrem, ficam feridos e incapacitados milhares de jovens portugueses
- 29 - Denunciam igualmente a atitude de cumplicidade da hierarquia da Igreja Católica Portuguesa face a esta guerra e aos problemas que ela põe ao povo português
- 39 - Denunciam toda a repressão de que têm sido vítimas muitos trabalhadores e jovens portugueses por se manifestarem contra esta guerra criminosa, assim como o esmagamento dos movimentos e organizações democráticas
- 49 - Manifestam a sua solidariedade com os povos das colónias em luta pela sua libertação
- 59 - Solidarizam-se com todos os portugueses que têm lutado e lutam consequentemente pela instauração de uma sociedade justa
- 69 - Apelam veementemente para que todas as pessoas que têm consciência ou sentem esta situação para se unirem num esforço consequente de luta contra a exploração e opressão exercida contra o povo trabalhador

Adenda :

Solidarizam-se com a luta dos católicos de Angola, Guiné e Moçambique, alguns deles assassinados e presos nas mãos criminosas do governo português.

Chegou também nessa tarde uma mensagem de um grupo de cristãos do Porto que se afirmavam solidários com os objectivos daquela reunião.

Por volta das 19 horas tomou-se conhecimento da distribuição de um comunicado à população, que aludia àquele acontecimento e que teria sido distribuído em vários pontos da cidade (segundo notícias posteriores, confirmadas pelo Diário de Notícias de 1-1-1973). Pouco depois, iniciou-se uma concentração de forças policiais na zona da capela. Mais tarde, por volta das 20.30 aquela concentração

viria a assumir forma maciça e escandalosa (cerca de 10 carrinhas com polícia de choque e cães; muitas viaturas de outras polícias; e, para além disso, a presença de muitos "transeuntes" que pela sua ligação maneira como se comportavam, não deixavam muitas dúvidas quanto à sua ligação com a polícia política).

A partir de certa altura o trânsito no Largo do Rato e à volta da Capela começou a ser controlado e esta foi isolada.

Aproveitando a hora em que a maioria das pessoas tinha ido jantar, as autoridades resolveram actuar. Por volta das 20.45 entrou um chefe da polícia na Capela onde as pessoas cantavam, tendo-as avisado que lhes dava 10 minutos para abandonarem o local, senão seriam forçados a fazê-lo com os meios necessários. Entretanto já tinham sido presas algumas pessoas fora da Capela, que pensavam ir-se embora. As pessoas (cerca de 50) decidiram por unanimidade não sair e resistir passivamente. Começaram então a fazer leituras colectivas. No fim do prazo que lhes tinha sido dado, surgiram vários chefes da polícia e agentes à paisana que convidaram as pessoas pela última vez a sair. Estas voltaram a recusar-se e começaram a perguntar aos polícias se tinham autorização para ali estar, se sabiam que estavam numa igreja, etc., ao que eles responderam que não tinham nada a dizer e mandaram as pessoas calarem-se. Estas não obedeceram. Então um grupo de cerca de 10 polícias e agentes à paisana invadiu a Capela, e procedeu a uma busca em todo o edifício. Seguidamente, estes polícias acompanhados por outros que tinham entrado, conseguiram pela força arrastar as pessoas para a porta e depois para as carrinhas que estavam na rua. Os presos foram levados para a esquadra do Rato onde foram identificadas e alguns deles posteriormente soltos. Durante esta identificação muitas pessoas, principalmente raparigas, foram insultadas por agentes. As pessoas que não foram libertadas, transferiram para o Governo Civil e a maioria foi depois transferida para Caxias, onde estão agora presas as seguintes pessoas : Benedita Galamba de Oliveira, José Galamba, Luís Moita, Francisco Pereira de Moura, Manuel Coelho, Nuno Teotónio Pereira, Miguel Teotónio Pereira, Jorge Wemans, João Pimentel, Francisco Louçã e Homero. Estão outras pessoas presas de que não se conhece a identidade.

Domingo à noite : Algumas pessoas dirigiram-se para a Igreja de Arroios, onde o Cardeal Patriarca estava a celebrar, e que se encontrava infestada de agentes da polícia política. Durante o ofertório um grupo de cristãos foi entregar qualquer coisa ao Patriarca. À saída foi distribuída uma carta aberta ao Bispo de Lisboa. Entretanto o Cardeal celebrou sem fazer qualquer referência aos acontecimentos.

Na Capela da JEC a polícia, depois de proceder a buscas, abandonou o local, levando toda a espécie de papeis e cartazes. Foi celebrada a Eucaristia às 24 horas, como estava previsto, apesar da proibição da polícia, pois os presentes consideraram que aquela não tinha qualquer autoridade neste aspecto. Foi enviada acta desta reunião ao Cardeal.

Na segunda de manhã : As celebrações eucarísticas da Capela da JEC realizaram-se também nesta manhã e agora com autorização expressa do Cardeal. No entanto os padres que celebraram, foram presos à saída da Capela. Trata-se dos padres António Janela e Armindo Garcia. Foram levados para a esquadra da Rato e mais tarde para a D.G.S. onde foram interrogados. Foram postos em liberdade na noite desse dia (segunda-f., 1-1-73); com intervenção do Patriarca.

Simultaneamente com a prisão dos dois padres, dois agentes da D.G.S. informaram que a Capela da JEC ficaria fechada, até ordem em contrário do Ministério, só podendo lá entrar a empregada e uma sobrinha, que vivem lá; No entanto a Capela reabriu para o culto no sábado e domingo, 5 e 7 de Janeiro.

Numa nota do Ministério do Interior, saída na dia 5/1/73, o Governo tenta atribuir a responsabilidade dos acontecimentos às pessoas presas, tentando isolá-las. As pessoas identificadas têm sido convocadas para um inquérito sumário, onde as interrogam sobre a sua adesão à greve da fome.

Durante esta semana foram soltos de Caxias, depois de submetidos a interrogatórios, Benedita Galamba de Oliveira, João Pimentel, Miguel Teotónio Pereira e Francisco Louçã.

Circuñam já neste momento abaixo-assinados de apoio e de co-responsabilidade em relação a estes acontecimentos.

Nota : Foram presos, na mesma altura, mais as seguintes pessoas : João Camacho, João Qua e João Carvalho.

EXTRACTO DO COMUNICADO DISTRIBUÍDO A POPULAÇÃO NO DIA 31.12.72

(...) A guerra tem levado este país, já antes miserável, ao maior descalabro. A guerra destina-se a defender as riquezas que uns quantos têm em África, à custa do sacrifício do povo português, de tal modo que os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres.

O dinheiro público que, embora exíguo, devia ser utilizado a favor dos trabalhadores, é desviado para a guerra de tal modo que, mesmo as fingidas reformas do Governo, principalmente o ensino e a saúde, deram no maior falhanço. (...)

O Governo português fala das riquezas do "Ultramar" como se alguma vez elas aproveitassem à população portuguesa e que esta estivesse em risco de as perder se a guerra terminasse. (...) Estas riquezas aproveitam sim a umas quantas famílias que lá se instalaram, explorando o trabalho da população negra, que aí vivia desde sempre, tal como cá exploram o trabalho dos operários e camponeses. (...) Para isso deslocam para África um exército inteiro, não deixando escapar nenhum jovem de 20 anos sem o atirar para a guerra. Os ricos e o Governo dos ricos arrastam para África um exército de pobres para defenderem terras que não lhes pertencem e para matar negros tão explorados como eles que, ao fim de séculos, se organizaram para conquistar o que é seu. Avalanches de jovens vão para a guerra donde muitos não voltam, donde outros voltam aleijados e muitos com a cabeça de tal modo perdida que nunca mais são o que foram. Enganam-nos dizendo que os "terroristas" são o inimigo. "Os terroristas" e as suas famílias estão na terra deles e querem-na para si; são os soldados portugueses que vão para lá fazer a guerra, deixando a sua família e o seu país. Matam-se e odeiam-se por engano brancos e pretos e assistem a tudo isto, cínicamente, os que aproveitam.

Muitos dos que não querem fazer a guerra, milhares de camponeses, muitos estudantes e operários, vêm-se obrigados a fugir, emigrando para a França e outros países, a maior parte fugindo a duas coisas - à guerra e à miséria. Assim se vê o país despovoado.

(...) Os portugueses (...) tornaram os negros escravos, venderam-nos para vários países, sobretudo para a América (...) enquanto que todos os países da Europa foram largando as colónias, Portugal ficou sempre, dizendo que estava a defender os valores cristãos do Ocidente, palavreado que escondia que o que estava a fazer era a continuar um regime de escravatura. Os negros foram sempre mantidos na ignorância e no medo, para depois poderem demonstrar que eles eram inferiores; são tão inferiores como qualquer camponês das Beiras - se vier para a cidade, estudar e puder comer, deixa de ser ignorante. Os poucos negros que estudam na nossa Universidade são tão bons alunos como os brancos (...) o caso das colónias portuguesas passou (...) a interessar outros países capitalistas; para explorar compreendem-se todos, mesmo que tenham línguas diferentes (...) Acabemos com a guerra. O fim da guerra pode ser o fim do Governo português, que desse modo perde o seu grande apoio, que são as colónias.

Organizemo-nos para acabar com a guerra. (...)

X X X

X X X

P.S: - Todos os presos foram já soltos com cauções que vão de 3000\$ a 30000\$. O tratamento em Caxias variou muito, pois, houve pessoas que tiveram apenas dois interrogatórios, outras tiveram vários até no mesmo dia, outra foi torturada durante cinco dias.

Entretanto as represálias continuam e em 13/1/73 foram demitidos ao abrigo dum decreto de 1935 (que a primeira vez que foi aplicado originou a demissão de Marcelo Caetano da Comissão Executiva da A.N.P.) os funcionários públicos que se encontravam na Capela.

#### EXTRACTOS DO RECURSO AO CONSELHO DE MINISTROS

... Seja como for o recorrente foi punido sem que tivesse podido exercer o seu direito constitucional de defesa... A privação total do direito constitucional de defesa está na base de grave injustiça da medida tomada, sendo até de acentuar que alguns dos punidos nem sequer estavam dentro da Capela do Rato. E os que aí se encontravam estavam a exercer um legítimo e incontestável direito assegurado pela Constituição.

... A forma simplista e arbitrária como foram demitidos pelo Governo... revela a precariedade das garantias dos cidadãos e nomeadamente dos funcionários públicos no actual ordenamento tal como é entendido e praticado pelo Governo.

